

## Histórico do processo de adesão de Portugal às Comunidades (1986)

**Source:** Imagens do processo de adesão de Portugal à Comunidade Europeia- Lisboa: RTP [Prod.], 1986. Radiotelevisão Portuguesa, Serviço público de televisão SA, Lisboa. - VIDEO (00:19:16, Couleur, Son original).

Arquivo RTP, Rua General Humberto Delgado 12-2 Prior Velho, 2685-340 Sacavém.

**Copyright:** Transcription Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe (CVCE)

All rights of reproduction, of public communication, of adaptation, of distribution or of dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.

Consult the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

**URL:**

[http://www.cvce.eu/obj/historico\\_do\\_processo\\_de\\_adexao\\_de\\_portugal\\_as\\_comunidades\\_1986-pt-b83c1a3e-6968-4449-92de-418152f37344.html](http://www.cvce.eu/obj/historico_do_processo_de_adexao_de_portugal_as_comunidades_1986-pt-b83c1a3e-6968-4449-92de-418152f37344.html)



**Last updated:** 04/07/2016

## Histórico do processo de adesão de Portugal às Comunidades (1986)

[Jornalista] 24 de Novembro de 1970, Rui Patrício, ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Marcelo Caetano, iniciava em Bruxelas conversações entre Portugal e às Comunidades Europeias. Dois anos mais tarde, Portugal assinava com as Comunidades um acordo de comércio livre. À semelhança dos outros parceiros da EFTA, Portugal firmou com a CEE o Acordo que levaria ao estabelecimento progressivo de uma zona livre de comércio.

Economicamente mais atrasado do que os outros países da EFTA, Portugal conseguiu obter um regime aduaneiro mais favorável para produtos como vinho e frutas, concentrado de tomate e conservas de peixe. Também no domínio industrial, o nosso país obteve condições mais vantajosas do que os outros membros da Associação Europeia de Comércio Livre.

Mas a natureza autoritária do antigo regime impedia o estreitamento de relações com as Comunidades Europeias. Com o restabelecimento da democracia pluralista, Portugal e pouco depois a Espanha igualavam-se aos seus pares da Europa Ocidental.

As descolonizações africanas marcam o regresso ao Velho Continente e o início de uma nova época. Encerrava-se um capítulo da nossa história, iniciado cinco séculos antes.

Os contactos com as Comunidades são retomados ainda em 1974. No ano seguinte, a CEE concedia a Portugal uma ajuda financeira de urgência superior a cinco milhões de contos. Estes fundos seriam aplicados em infra-estruturas industriais e agrícolas.

O reforço da cooperação de Portugal com as Comunidades levou à assinatura, em 1976, de um Protocolo Adicional ao Acordo de Bruxelas de 1972, que perdia o pendor exclusivamente comercial que o caracterizava.

Foram também concedidos benefícios em termos de segurança social aos emigrantes portugueses que trabalhavam nos Estados-Membros das Comunidades Europeias.

Em Fevereiro de 1977, Mário Soares, que chefiava o primeiro Governo constitucional, leva a cabo uma ofensiva diplomática junto das capitais europeias. A viagem de Soares levaria então os dirigentes dos principais partidos da oposição a pronunciarem-se sobre a opção europeia.

[Diogo Freitas do Amaral] Está neste momento em visita pelas principais capitais europeias o Primeiro-Ministro de Portugal. Não é uma tarefa fácil, aquela que tem nas suas mãos. Mas todos os democratas portugueses estão com ele neste momento porque ele precisa de triunfar para bem de Portugal.

[Francisco Sá Carneiro] Trata-se de um projecto histórico para o nosso país, visto que a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia vai modificar profundamente os nossos hábitos de vida, de trabalho, a nossa maneira de viver. O Partido Social-Democrata entende que esse é o caminho para, com a consolidação da democracia portuguesa, encontrarmos as sendas do progresso e da justiça social. Agora que a Europa manifestou a sua vontade política em relação ao nosso pedido, os principais problemas são em Portugal, a sua resolução depende de nós.

[Álvaro Cunhal] O Partido Comunista Português tem-se manifestado contrário à integração de Portugal no Mercado Comum, tanto por razões económicas, como por razões políticas. A integração, a dar-se, quanto a nós, teria efeitos catastróficos para a economia portuguesa. É sabido que há uma grande diferença de nível no desenvolvimento da nossa economia, tanto na indústria como na agricultura, em relação aos países desenvolvidos da Europa e isso significa que a nossa produtividade é mais baixa e que os nossos preços são mais altos. E sendo assim, não temos capacidade competitiva nos mercados internacionais e com o desaparecimento das barreiras alfandegárias, não teríamos tão pouca capacidade competitiva no nosso mercado interno.

[Jornalista] No mês seguinte, o Embaixador Siqueira Freire apresentava em Bruxelas o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Em meados de 1978, o Conselho de ministros da CEE dava luz verde à pretensão portuguesa. A 17 de Outubro, tinha lugar no Luxemburgo a abertura solene das negociações com vista à adesão.

Correia Gago, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, reafirmava a irreversibilidade do compromisso de Portugal. A Espanha que, com seis meses de atraso em relação a Portugal, apresentara o seu pedido de adesão, viu o Conselho de ministros da CEE pronunciar-se favoravelmente.

[Jornalista] Depois de uma primeira fase de contactos preliminares com a Comunidade, o processo negocial ganhou força a partir de 1979. Em Março de ano seguinte, Roy Jenkins, Presidente da Comissão, visita oficialmente Portugal.

O Governo solicita auxílio financeiro à Comunidade para permitir uma melhor resposta da economia portuguesa à futura adesão. As ajudas de pré-adesão, da ordem dos dezoito milhões de contos, foram aplicadas prioritariamente em projectos de formação profissional e de política regional, com relevo para as infra-estruturas viárias.

Parte significativa desta ajuda seria aplicada na melhoria das ligações do litoral com o interior do país, proporcionada pelas vias rápidas Aveiro-Vilar Formoso e Porto-Bragança, esta com troços ainda em construção. Uma rede de comunicações eficaz é indispensável ao progresso e ao fim do isolamento a que, desde sempre, estiveram votadas as zonas mais desfavorecidas do interior do país.

A troca de delegações entre Lisboa e Bruxelas tornou-se uma constante. Mas em meados de 1980, as negociações entrariam numa fase de estagnação que se prolongaria por mais de um ano. O Presidente francês, Giscard d'Estaing, receava que as novas adesões pudessem agravar o mau momento que as Comunidades atravessavam.

O diferendo orçamental que opunha a Grã-Bretanha aos seus restantes parceiros da CEE ameaçava a coesão interna da Comunidade. O Reino Unido considerava que a sua contribuição para os cofres comunitários não era proporcional aos benefícios que retirava da sua participação no mercado comum.

Por outro lado, estavam já terminados os anos de euforia que tinham proporcionado o contínuo crescimento da produção agrícola da CEE. Um vasto mercado protegido da concorrência externa e com uma política de preços bastante compensadora tinham levado os agricultores portugueses a ultrapassarem as perspectivas mais optimistas.

Assim, foram-se acumulando as montanhas de cereais. O leite em pó e a manteiga tornaram-se excedentes estruturais. A carne de bovino e os outros excedentes passam a ter um peso demasiado grande no orçamento da Comunidade.

Com este pano de fundo, a Grã-Bretanha faz depender a aprovação dos preços agrícolas para a campanha de 1980-1981 da resolução do diferendo financeiro que a opunha aos outros países comunitários.

[Jornalista] Alguns meses mais tarde, o Conselho de ministros das Comunidades define os mecanismos que iriam possibilitar uma redução significativa da contribuição britânica. Com o horizonte mais desanuviado, a Comunidade retoma as negociações com Portugal no início de 1982.

As conversações evoluem então a bom ritmo, o que permite chegar a um acordo de fundo em relação a vários dossiers. Mas as conclusões do inventário sobre o alargamento, pedido à Comissão pelo Presidente francês, François Mitterrand, levariam a uma nova interrupção nas negociações. Assim, as Comunidades passaram a fazer depender o alargamento a Portugal e à Espanha de reformas internas que passavam pelo aumento dos recursos próprios da CEE.

A Cimeira de Stuttgart, em Junho de 1983, é considerada como um dos momentos decisivos da adesão de

Portugal. A Alemanha Federal, o país mais rico da CEE, declara-se disposto a contribuir com mais dinheiro para os cofres da Comunidade, mas só depois da entrada de Portugal e da Espanha.

Finalmente, na Cimeira de Fontainebleau, que teve lugar em Junho de 1984, foi aumentada a percentagem do imposto sobre o valor acrescentado que os Estados-Membros colocariam à disposição das Comunidades como receitas próprias. Ainda considerado insuficiente, este aumento das disponibilidades financeiras da CEE, permitiu superar algumas das dificuldades que as adesões de Portugal e da Espanha viriam a levantar.

A Declaração Comum de Dublin, assinada em 24 de Outubro de 1984 pelos Primeiros-Ministros de Portugal e da Irlanda, que então presidia as Comunidades, consagrava em termos políticos a irreversibilidade do processo de adesão.

Faltava fechar os últimos dossiers. Mas o Acordo final seria celebrado na madrugada de 29 de Março de 1985. Apesar das frequentes crises políticas que se iam vivendo em Portugal, os Governos que se foram sucedendo no poder ao longo das negociações nunca puseram em causa a opção europeia.

A agricultura, o sector mais atrasado da economia portuguesa, foi também o dossier mais sensível e de mais complexas negociações. O atraso da nossa agricultura, em relação à dos outros países da Comunidade, levou ao aparecimento de um modelo com dois tipos de transição: uma do tipo clássico e outra em duas etapas.

A transição por etapas, que abrange cerca de oitenta por cento da produção agrícola portuguesa, protege num primeiro período de cinco anos o mercado nacional da concorrência externa. Na segunda etapa, também de cinco anos, a agricultura portuguesa terá de se adaptar progressivamente aos princípios da Política Agrícola Comum.

A transição clássica prevê um período de sete anos para que Portugal se adapte às normas comunitárias e aplica-se aos produtos menos sensíveis, alguns dos quais já exportados para o nosso país. As dificuldades deste sector levaram a que o nosso país beneficiasse de uma ajuda de 105 milhões de contos, ao abrigo do programa específico de desenvolvimento da agricultura portuguesa.

As pescas foram outro capítulo em que as negociações foram difíceis devido à natureza muito sensível das questões postas pelo acesso de navios estrangeiros às águas e recursos nacionais. A própria CEE, só muito recentemente conseguiu chegar a um compromisso quanto à repartição das quotas de pesca nas vastas águas comunitárias.

O principal objectivo da parte portuguesa foi de tentar assegurar um longo período de transição, durante o qual o acesso à nossa zona económica exclusiva fica sujeito a um mecanismo de licenças. A pesca de espécies com especial significado interno, como a dos moluscos e a dos crustáceos, fica reservada aos pescadores portugueses. Por outro lado, só as embarcações nacionais poderão operar na zona costeira até às doze milhas.

No sector industrial, onde a integração estava praticamente concluída, apenas 10% dos produtos das Comunidades entrados no nosso país estavam sujeitos a direitos de importação. Também para os produtos industriais portugueses, à excepção dos têxteis, se verificava uma completa liberalização nos mercados da EFTA e da CEE. Os direitos fiscais, como a sobretaxa de importação e de exportação, que tinham como único objectivo arrecadar receitas para o Estado, foram eliminados a partir do início deste ano.

Também as medidas que visavam criar dificuldades ao livre comércio, como os impopulares boletins de registos de importação e de exportação, terão de ser eliminadas nos próximos dois anos. Se no prazo de cinco dias após o pedido os boletins não forem emitidos, as mercadorias poderão ser importadas ou exportadas livremente.

Argumentando com a crise que o sector atravessa nos países da Comunidade, as exportações portuguesas de têxteis ficam sujeitas a restrições quantitativas até aos finais da década de oitenta.

O sucesso das negociações ficou muito a dever-se à estabilidade da equipe técnica que, ao longo de vários anos, participou nas conversações. Parte significativa do trabalho foi realizada pela missão portuguesa junto da CEE em Bruxelas. Apesar de limitado em número, quadro técnico e pessoal diplomático desenvolveram uma actividade quase permanente.

A missão portuguesa assegurou durante anos o papel de interlocutor junto das Comunidades Europeias. Também aqui a estabilidade foi um dos factores que permitiu, muitas vezes com recursos limitados, desenvolver o trabalho de rotina que contribuiu para o êxito das negociações.

Dependendo directamente da Comissão, o *Bureau* das Comunidades assegurou durante anos, a nível de informação, a ligação entre Lisboa e Bruxelas. Quinze pessoas, entre Portugueses e estrangeiros, trabalham actualmente no *Bureau* das Comunidades em Lisboa.

O Dr. João Vale de Almeida é o Português que há mais tempo desempenha funções no *Bureau*.

[Jornalista] Aberto ao público, o *Bureau* faculta a consulta directa das publicações de grande divulgação, que têm merecido especial interesse dos estudantes. Uma exposição itinerante percorre constantemente o país, incluindo a Madeira e os Açores, para levar a todos os Portugueses que o desejem o conhecimento de uma Comunidade de 320 milhões de pessoas.

Trabalhando para a Comissão e o Conselho de ministros da CEE, cerca de quatro dezenas de Portugueses levam a cabo, há anos, a imensa tarefa de tradução das principais peças comunitárias. Em 1982, começaram a ser traduzidos os diversos Tratados que deram corpo às Comunidades Europeias.

A tradução de todos os documentos comunitários para português representará, quando estiver concluída, qualquer coisa como 115 mil páginas. Por outro lado, será necessário, à semelhança do que está feito nas outras dez línguas oficiais, uniformizar toda a gíria jurídica das Comunidades.

12 de Junho de 1985, depois de quase sete anos de avanços e recuos, Portugal e também a Espanha iam finalmente tornar-se membros da família europeia. O simbolismo da Torre de Belém era proporcional à importância do passo que Portugal se propunha dar. Junto ao Tejo, que já tinha testemunhado a época dos novos mundos ao Mundo, ia iniciar-se um novo capítulo da vida colectiva portuguesa. A Velha Ordem estava definitivamente encerrada.

A partir de agora, o futuro de Portugal passa a estar ligado ao das outras onze nações europeias que têm como estandartes os ideais de liberdade e de progresso. Da Torre de Belém, os chefes de Governo dos Doze dirigiram-se para os Jerónimos, onde teve lugar a assinatura dos Tratados de Adesão.

A importância deste dia para Portugal e para a Europa seria sublinhada na intervenção do Presidente da Comissão das Comunidades Europeias.

[Jacques Delors] Após cerca de cinquenta anos de isolamento relativo, Portugal, que soube reencontrar a liberdade e a democracia, junta-se portanto a nós na construção de uma Europa mais forte e solidária. Melhor que ninguém, conheço o esforço extraordinário empreendido pelo vosso país para refazer a sua economia e modernizar as suas estruturas.

Por outro lado, a Europa sem Portugal ficaria órfã de um dos seus mais ilustres elementos. Basta lembrar que foi frente aos Jerónimos que, deixando o Mar da Palha, partiram os navegadores portugueses que iriam dar os novos mundos ao Mundo, fazer avançar os horizontes do conhecimento e transformar a visão dos povos.

Amanhã, o viajante que visitar o Cabo da Roca, o mais ocidental do Continente, saberá que chega a um país e a uma Comunidade Europeia, exigida pela necessidade, pela evolução da história e pelo nosso destino comum.

[...] Os Plenipotenciários de Portugal.

[Jornalista] Da parte da tarde, idêntica cerimónia teve lugar em Madrid. Ratificados os Tratados pelos Parlamentos nacionais, as Comunidades Europeias passaram, a partir de 1 de Janeiro de 1986, a ser constituídas por doze países.

Apesar de estar longe da perfeição – pois nos últimos anos viu agravarem-se problemas, como os do desemprego e da falta de competitividade económica –, a Europa do mercado comum apresentava-se como única alternativa para o nosso país. Assim, Portugal passa a fazer parte de um dos espaços tecnologicamente mais avançados, onde a cooperação para os grandes projectos substitui com vantagem as concorrências nacionais.

Integrado numa Comunidade mais próspera e organizada, Portugal, se souber, terá os estímulos necessários à modernização das suas estruturas económicas e sociais. Por outro lado, as Comunidades Europeias já detêm o primeiro lugar na ajuda aos países menos desenvolvidos. Contam com a experiência portuguesa para melhorar a sua influência em áreas que vêm ganhando peso na cena internacional. Assim, os bons ofícios de Portugal junto de países da América Latina e de África são trunfos que as Comunidades não querem desperdiçar.

Brevemente, serão escolhidos os parlamentares europeus que representarão os 320 milhões de cidadãos da Comunidade Europeia. Identificada com os mesmos ideais de democracia e liberdade, a Europa Comunitária é vista como um factor de estabilização no contexto internacional.

Herdeira de um mesmo legado histórico e cultural, a Europa a doze vê reforçado o seu peso a nível mundial.